



ATENA DAEMI IRÃO

PRESA POR MANIFESTAR-SE CONTRA A PENA DE MORTE

Em causa: Defensora de direitos humanos, abolição da pena de morte, liberdade de expressão, liberdade de reunião, tortura, julgamento injusto

Tantas tantas outras pessoas, Atena Daemi sonha com o fim da pena de morte no Irão: fez publicações no Facebook e no Twitter a criticar o recorde de execuções do país, distribuiu panfletos e participou num protesto pacífico contra a execução de uma jovem mulher, entre outras ações. Ações simples, mas que, no Irão, requerem muita coragem.

Inacreditavelmente estas atividades foram referidas como "provas" de atividade criminal e foi condenada a sete anos de prisão. O seu julgamento foi vergenhoso, já que demorou somente 15 minutos e foi

condenada no âmbito de acusações falsas, incluindo "reunião e conspiração para crimes contra a segurança nacional".

O tratamento cruel a que tem sido submetida é mais um exemplo amargo da intensa repressão exercida a pessoas que defendem que o Irão deve tornar-se num país mais justo. Dozenas de pessoas estão presas e muitas outras são alvo de vigilância, interrogatórios, perseguições e forçadas a permanecerem em silêncio.

A situação é dramática, foi agredida fisicamente com gás pimentera, forçada

a ficar em quarentena e no início de 2018 fez greve de fome para protestar contra a sua transferência para uma conhecida e violenta prisão. A sua saúde deteriorou-se significativamente. Atena já sofreu demasiado, mas não desiste e continua a lutar pelos direitos humanos.

Apelamos às autoridades iranianas para que Atena Daemi seja liberta imediata e incondicionalmente.



MARATONA DE CARTAS
Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional

Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional

Decorreu, durante o mês de dezembro, nas escolas com 3.º Ciclo e Ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Vilela, a atividade “Maratona de Cartas”. Com a colaboração dos professores de inglês, foi possível sobrescrever, mais de 700 cartas de apelo à libertação ou fim da perseguição de ativistas de direitos humanos. Este ano, foi também possível participar na “Maratona de Cartas” fazendo a assinatura online dos cinco casos. Esta atividade revelou-se deveras importante para os nossos jovens se tornarem, desde cedo, cidadãos ativos na defesa dos seus direitos e dos direitos dos outros.



GERALDINE CHACÓN VENEZUELA

PERSEGUIÇÃO POR CAPACITAR JOVENS A DEFENDEREM OS SEUS DIREITOS

Em causa: Defensora de direitos humanos, educação para os direitos humanos, liberdade de expressão, tortura, juventude

Geraldine Chacón sempre quis defender outras pessoas. Aos 9 anos sonhava em ser advogada, aos 14 defendeu o gabinete juvenil da sua autarquia e já na universidade iniciou o grupo de estudantes da Amnistia Internacional, apelando à mudança. Tal como a sua mãe diz, “ela lutava contra qualquer injustiça que visse”.

Esta paixão inspirou-a a trabalhar para uma organização que capacita jovens em algumas das zonas mais pobres de Caracas, a sua cidade natal. Mas em fevereiro de 2018, esta jovem e entusiasta

membro da sua comunidade, foi detida em casa por agentes da autoridade armados.

As autoridades associaram-na, erradamente, a grupos de resistência que são acusados de organizar protestos contra o governo. Na verdade, a sua perseguição faz parte de uma intensa vaga de repressão a todos aqueles que criticam as autoridades venezuelanas e que defendem os direitos humanos durante a atual crise.

Após quatro meses presa em condições desoladoras, Geraldine foi liberta

condicionalmente em junho de 2018. Mas está impedida de sair do país e o seu processo continua aberto – por isso pode ser presa de novo, a qualquer momento e sem qualquer motivo. Ela e muitos outros ativistas pacíficos enfrentam intimidação diariamente, apenas por tentarem tornar o país num melhor lugar para se viver.

Assine e apele ao Procurador-geral da Venezuela que encerre o caso contra Geraldine e lhe conceda liberdade total para que possa continuar a defender os jovens no país.



MARATONA DE CARTAS
Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional

Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional



MARIELLE FRANCO BRASIL

ASSASSINADA POR DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS

Em causa: Defensora de direitos humanos, discriminação, execuções ilegais, jovens negros, direitos das mulheres, direitos LGBTI, violência policial

Marielle Franco lutou sistematicamente por um Rio de Janeiro mais justo e seguro. Era uma conhecida vereadora municipal que cresceu nas favelas da cidade e que sempre defendeu os direitos de mulheres negras, pessoas LGBTI, jovens e condenava as execuções ilegais cometidas pela polícia. “Marielle personificava os direitos que defendia”, disse a sua parceira Mônica.

Mas a 14 de março de 2018, Marielle foi morta a tiro no seu carro, em conjunto com o seu motorista, Anderson Pedro Gomes.

As provas indicam que o assassinato foi perpetrado por profissionais treinados, e os peritos afirmam que as balas pertenciam à Polícia Federal do Brasil.

O Brasil é um dos países mais mortais para defensores de direitos humanos como Marielle, com pelo menos 70 mortos em 2017. Por demasiadas vezes as mortes não são investigadas e os responsáveis continuam em liberdade. Consequentemente, as pessoas que defendem os direitos humanos vivem com um medo permanente.

Juntos, podemos mostrar às autoridades brasileiras que não desistiremos até que seja feita justiça! Elas devem proteger os defensores de direitos humanos de ataques futuros e devem identificar quem matou Marielle. Tal como a sua irmã diz: “Enquanto tivermos força iremos exigir justiça.”

Exija ao Presidente do Brasil que seja feita justiça por Marielle! Todos os responsáveis devem ser apresentados à justiça e quem corajosamente denuncia as injustiças no Brasil deve ser protegido de ataques futuros.



MARATONA DE CARTAS
Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional

Resistência
Direitos
Venezuela
Amnistia
Internacional



NONHLE MBUTHUMA ÁFRICA DO SUL

PERSEGUIÇÃO POR DEFENDER UMA TERRA ANCESTRAL

Em causa: Defensores de direitos humanos;
direitos económicos, sociais e culturais;
direitos ambientais; responsabilização
empresarial; direito à terra

Nonhle Mbuthuma não vai parar.
É ela que lidera a luta da sua
comunidade contra uma empresa
mineira que quer explorar líténio na sua
terra ancestral e de uso comunitário. Tem
sido alvo de perseguição devido às suas
ações em defesa dos seus direitos.

Nonhle faz parte da comunidade
tradicional de Amadiba que, por sua
vez, tem o direito à terra na zona do
Cabo Oriental da África do Sul. Cerca de
5000 pessoas correm o risco de serem
forçosamente deslocadas caso a empresa
seja autorizada a explorar essa terra –

podem perder as suas casas, meios de
subsistência e toda a sua identidade.

Nonhle e a sua comunidade fundaram
o Comité de Crise de Amadiba para
unir os habitantes de 5 vilas diferentes
a defenderem os seus direitos à terra.

Desde então, Nonhle tem sido intimidada,
ameaçada e sobreviveu a uma tentativa
de assassinato. Infelizmente, um outro
líder da comunidade foi morto a tiro em
2016, e Nonhle ocupava o lugar seguinte
nessa "lista de alvos". Ela acredita que as
ameaças são uma tentativa de silenciá-la e
de a forçar a fugir da sua terra.

Mas ela está decidida a resistir, e refere:
"Quando me tiras a minha terra, tiras-me
a minha identidade. (...) Esta terra era da
minha avó, que a herdou dos seus avós. O
que é que vou deixar para os meus filhos?
A exploração mineira não é uma opção."

**Apele ao presidente da África do Sul para
proteger Nonhle Mbuthuma e investigar as
perseguições e intimidações de que é alvo.**



**MARATONA
DE CARTAS**
REUNINDO
BOMTES
RECONHECENDO
DIREITOS
AMNISTIA
INTERNACIONAL